



Edital do Concurso de Monografias Prémio D. João VI de Pesquisa ■

COM O OBJETIVO DE ESTIMULAR o uso de fontes sobre o período joanino, custodiadas por arquivos brasileiros, portugueses e estrangeiros, difundindo-as por meio da publicação dos seis melhores trabalhos, a Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO, com a interveniência da Universidade de Coimbra e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, integrantes do Grupo Tordesillas; e apoio do Real Gabinete Português de Leitura; do Liceu Literário Português e da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, além do Arquivo Nacional do Brasil e do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT), de Portugal, lança o **Prémio D. João VI de Pesquisa** conforme as disposições abaixo.

As monografias serão recebidas até às 18 horas do **dia 28 de fevereiro de 2007**, nos seguintes endereços:

- Arquivo Nacional, do Brasil (Divisão de Protocolo e Arquivo – Prédio Principal, nível 1, Praça

da República, n.º 173 – 20211-350, Rio de Janeiro, RJ – Brasil).

- Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, de Portugal (Unidade de Protocolo, Alameda da Universidade, 1600 – Lisboa, Portugal).

1. Do objecto

O concurso tem por objeto a premiação de trabalhos inéditos, isto é, aqueles cuja íntegra não tenha tido ampla divulgação, seja em suporte papel ou em meio eletrônico, elaborados com base nas fontes documentais sobre o período joanino custodiadas por instituições do Brasil, de Portugal e do exterior.

2. Do tema

A temática da monografia é de livre escolha do candidato, devendo estar referenciada nas fontes custodiadas pelas instituições que possuam documentação concernente aos antecedentes imediatos da vinda da corte portuguesa para o Brasil, sua instalação no Rio de Janeiro e as consequências e repercussões desse fato para



Neste número

- 01 • Edital do Concurso de Monografias Prémio D. João VI de Pesquisa
- 04 • Origens do Português
- 05 • As Memórias Paroquiais de 1758 na w.w.w.
- 06 ARQUIVOS MUNICIPAIS
 - A Digitalização dos Processos de Obra – Projecto-piloto
- 08 PARAM
 - Arquivo Municipal de Vidigueira
 - Arquivo Histórico Municipal de Elvas
- 09 ARQUIVOS DISTRITAIS
 - Porto: Consulta Real em Ambiente Virtual
- 10 PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO
 - Novo Protocolo com Sociedade Genealógica de Utah: novas tecnologias, novas oportunidades
 - Acordo de colaboração com a CGTP-IN
- 11 INFORMAÇÕES
 - O Projecto EURINDIA
 - Aquisição de documentos
 - Doação
- 12 AGENDA
 - Seminário – Arquivos, Memória Organizacional e Gestão

a administração do império colonial português no período (1808-1821).

3. Da habilitação

3.1 Poderão participar do concurso, individualmente, com apenas 1 (uma) monografia, pessoas físicas brasileiras, portuguesas ou estrangeiras com formação superior.

3.2 Somente será habilitado trabalho redigido em língua portuguesa e assinado sob pseudônimo, que atenda, ainda, aos seguintes requisitos:

3.2.1 mínimo de 200 (duzentas) e máximo de 400 (quatrocentas) laudas de extensão, incluindo notas, bibliografia e demais anexos.

3.2.1.1 lauda em formato A4 com margens superior e inferior de 2,5 cm, esquerda com 3,0 cm e direita com 2,0 cm; textos digitados em fonte *Times New Roman*, corpo 12, entrelinhas 1,5 cm, notas e citações em corpo 10, citação recorrida quando tiver mais de 3 (três) linhas.

3.2.2 ser apresentado em 6 (seis) vias, a serem enviadas ao Arquivo Nacional, do Brasil ou IANTT, de Portugal. Um exemplar de cada trabalho ficará guardado nas Instituições destinatárias, sendo os demais enviados, pelas respectivas Instituições, às Comissões Julgadoras no Brasil e em Portugal.

3.2.3 ser acompanhado de envelope lacrado – do qual conste na parte externa, exclusivamente, o pseudônimo do autor, contendo os seguintes documentos: ficha de identificação, com o registro do nome, pseudônimo, título da monografia, número de registro da carteira de identidade ou bilhete de identidade com data de expedição e órgão expedidor, endereço, CEP ou Código Postal, telefone (com os respectivos códigos do país e cidade para discagem telefônica à distância), e-mail e documento comprobatório da graduação do candidato em curso de nível superior.

4. Da inscrição e entrega das monografias

4.1 As monografias e respectiva documentação, em envelopes separados, deverão ser enviadas ao Arquivo Nacional, do Brasil (Divisão de Protocolo e Arquivo – Prédio Principal, nível 1, Praça da República, n.º 173 – 20211-350, Rio de Janeiro, RJ – Brasil)

– ou ao IANTT, de Portugal (Unidade de Protocolo, Alameda da Universidade, 1600 – Lisboa, Portugal) sob registro postal, contendo, na parte externa, a seguinte informação: **Prêmio d. João VI de Pesquisa.**

4.2 As monografias enviadas para o Arquivo Nacional, do Brasil serão encaminhadas à Comissão Julgadora a ser constituída pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, as enviadas ao IANTT, de Portugal, à Comissão Julgadora a ser constituída pela Universidade de Coimbra.

4.3 A entrega da monografia, acompanhada obrigatoriamente do envelope a que alude o subitem 3.2.3 deste Edital, equivale à inscrição, constituindo, de outra parte, prova inequívoca da aceitação pelo candidato de todas as condições do concurso, nos termos das normas previstas no mesmo.

5. Do julgamento

5.1 O julgamento das monografias competirá às Comissões Julgadoras constituídas no Brasil e em Portugal por professores escolhidos respectivamente pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e pela Universidade de Coimbra, dentre aquelas integrantes do Grupo Tordesillas, integradas por 1 (um) presidente e 4 (quatro) membros cada uma das Comissões, que sele-

cionarão os 3 (três) melhores trabalhos enviados ao Arquivo Nacional, do Brasil, e os 3 (três) melhores enviados ao IANTT, de Portugal.

5.2 O julgamento obedecerá aos seguintes critérios:

5.2.1 relevância do trabalho (20 pontos);

5.2.2 contribuição da pesquisa para a divulgação das fontes (20 pontos);

5.2.3 profundidade da análise (20 pontos);

5.2.4 ineditismo na abordagem do tema (20 pontos);

5.2.5 coerência no desenvolvimento e na organização do texto (10 pontos);

5.2.6 apresentação, nas citações, transcrições, notas e observações, de referências completas das fontes consultadas (10 pontos).

5.3 Serão eliminados os trabalhos que:

5.3.1 não sejam inéditos;

5.3.2 contenham informações – tais como menções a nomes de instituições e de orientadores (no caso de se tratar de dissertações de mestrado ou teses de doutoramento), agradecimentos a colaboradores, e referências e/ou citações em notas – que possibilitem a identificação voluntária ou involuntária do autor.

5.4 As Comissões Julgadoras, mediante moção dirigida à Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, poderão solicitar o parecer de especialistas, sempre que a especificidade da temática assim o exigir.

5.5 O resultado do concurso será divulgado, no dia 31 de maio de 2007, após a sua homologação respectivamente pelas Secções Brasileira e Portuguesa da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, por meio dos sítios da Internet do Arquivo Nacional, do Brasil (www.arquivonacional).

gov.br) e do IANTT (www.iantt.pt), assim como os das universidades responsáveis pela composição das respectivas Comissões Julgadoras, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (www.unirio.br) e Universidade de Coimbra (www.uc.pt), além do sítio do Grupo Tordesillas (www.grupotordesillas.org). Da decisão das Comissões Julgadoras serão lavradas as Atas, com menção expressa e preordenada dos melhores trabalhos respectivamente.

5.6 A abertura dos envelopes, contendo a documentação e consequente identificação dos autores, será realizada em ato público no dia **7 de junho de 2007**, às 11 horas no Arquivo Nacional, do Brasil (Auditório, – Bloco B, nível 1, Praça da República, n.º 173 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – Brasil) e às 15 horas no IANTT (Auditório, Alameda da Universidade, 1600 – Lisboa, Portugal).

5.7 Poderão ser classificados vencedores até três trabalhos por Comissão. As Comissões Julgadoras poderão reduzir o número de vencedores, inclusive a zero, caso os trabalhos não atendam aos critérios estabelecidos neste Edital.

6. Da premiação

6.1 O prêmio devido à(s) monografia(s) classificada(s) consistirá na sua publicação.

6.2 Os direitos de comercialização da primeira edição são reservados à Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, por meio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e da Universidade de Coimbra, integrantes do Grupo Tordesillas.

6.2.1 Nos direitos de que trata o subitem 7.2, inclui-se a responsabilidade pela editoração da obra.

6.3 A primeira edição será de 1.000 (um mil) exemplares de cada obra, cabendo ao(s) vencedor(es) o percentual de 5% (cinco por cento) dos exemplares editados da obra de sua autoria.

6.4 As Universidades parceiras, integrantes do Grupo Tordesillas, se encarregarão da publicação do(s) trabalho(s) vencedor(es) no prazo de 1 (um) ano, a contar da data final de que trata o subitem 7.3 deste Edital.

7. Das considerações gerais

7.1 As decisões das Comissões Julgadoras são soberanas e não caberá recurso.

7.2 O não cumprimento de quaisquer das exigências regulamentares, bem como a divulgação da(s) monografia(s) antes ou durante a realização do concurso (que transcorre até a divulgação do resultado final), implicará a desclassificação do trabalho.

7.3 Os vencedores terão um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da homologação do resultado, para adequar as monografias às normas editoriais definidas pela Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental. Os trabalhos deverão ser entregues em meio eletrônico (disquete ou CD) acompanhados de 1 (uma) cópia em papel. No caso do uso de imagens, será exigida a apresentação de arquivos com qualidade para impressão (arquivos TIF com, no mínimo, 300 DPI de resolução). O não cumprimento dessas exigências no prazo estipulado poderá acarretar a desclassificação do trabalho.

7.3.1 A Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental reserva-se o direito de efetuar copidesque, por meio das Universidades parceiras, nos trabalhos recebidos para adequá-

-los às normas de edição, respeitando o conteúdo do texto e o estilo do autor.

7.3.2 A Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental caberá aprovar o projeto gráfico das publicações em conjunto com as Universidades parceiras.

7.4 Os trabalhos não premiados ficarão disponíveis no Arquivo Nacional, do Brasil, e no IANTT, de Portugal, para devolução aos autores, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação do resultado do concurso.

7.5 Quaisquer pedidos de esclarecimentos com relação a eventuais dúvidas de interpretação deste Edital deverão ser endereçados aos presidentes das Seções Brasileira e Portuguesa da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, respectivamente diretores do Arquivo Nacional do Brasil (diretoriageral@arquivonacional.gov.br) e do IANTT (dc@iantt.pt).

7.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental. [1]

- 28 de Fevereiro de 2007: prazo de recepção das monografias
- 31 de Maio de 2007: divulgação do resultado do concurso em www.arquivonacional.gov.br, www.iantt.pt, www.unirio.br, www.uc.pt, www.grupotordesillas.org
- 7 de Junho de 2007: acto público de abertura dos envelopes, contendo a documentação e identificação dos autores. Às 11 horas no Arquivo Nacional do Brasil e às 15 horas no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. [1]

Origens do Português ■

*os documentos notariais latino-portugueses como os mais antigos testemunhos do português língua escrita**

TENTAR ESTABELECEER ou determinar o momento do «nascimento» de uma língua natural é um objectivo fútil e inútil, desprovido de interesse e de sentido. Discutir «as origens» das línguas ibero-românicas no período alto-medieval só faz sentido em termos do estudo do *surgimento e desenvolvimento de tradições escriturais ibero-românicas* com características marcadamente distintas da tradição tardo-latina, continuando-se e ampliando-se o inquérito iniciado há diversas décadas por Ramón Menéndez Pidal em *Orígenes del Español* (que é, na realidade, um estudo da língua escrita de documentos notariais leoneses do século X). As línguas ibero-românicas são o resultado do desenvolvimento multi-secular e ininterrupto de diversas variedades de Latim coloquial trazidas para a Ibéria aquando da romanização: confundir a emergência e desenvolvimento histórico de uma tradição de escrita portuguesa medieval com o nascimento do Português (que não nasceu, de facto, mas se limitou a evoluir a partir de uma variedade regional de Latim Ibérico), seria um equívoco grave, em termos teóricos e epistemológicos. Tal equívoco comprometeria um inquérito sério sobre as origens da escrita portuguesa, por um lado, e a correcta apreciação do valor linguístico de fontes escritas produzidas em época anterior ao século XIII, por outro — tanto mais que muitos dos aspectos característicos e distintivos da fonologia, da morfologia, da morfossintaxe, da sintaxe e do léxico do Português estavam per-

feitamente constituídos na época de redacção dos documentos notariais e epigráficos mais antigos produzidos em território português.

O estudo dos documentos notariais latino-portugueses das fases mais antigas reveste-se, portanto, de importância extrema para a história da língua e da escrita portuguesas. A análise adequada desses textos, enquanto fontes linguísticas primárias, exige que se reconheçam e aceitem alguns pressupostos:

1) os documentos são *actos de língua escrita válidos em si mesmos* e por si mesmos, e não simplesmente produtos de uma latinidade corrupta ou decadente, 2) a tradição notarial era uma *tradição de escrita com traços específicos* que resultavam da natureza particular dos documentos e da intencionalidade comunicativa subjacente à sua produção, 3) a tradição escritural latino-portuguesa presente nos textos notariais era a *única forma de expressão escrita disponível para falantes de Português Antigo* num ambiente linguístico monolíngue.

A *Schriftsprache* notarial latino-portuguesa alto-medieval não era ainda escrita portuguesa (no sentido em que certos textos do início do século XIII a documentam), mas assentava indubitavelmente sobre uma oralidade portuguesa, apesar do aspecto alatinado e tradicional das grafias. De facto, os documentos notariais latino-portugueses reflectem o vernáculo antigo-português como língua nativa dos notários, uma língua românica cuja representação escrita estava

forçosamente dependente de modos de escrita e de produção textual tradicionais de base latina. Assim, muitos dos aspectos característicos da escrita portuguesa que parecem emergir *ex nihilo* no início do século XIII podem já ser encontrados na produção notarial latino-portuguesa que a precedeu, desde a sua fase mais antiga conhecida. Os textos latino-portugueses da fase mais antiga *não* testemunham o nascimento da língua portuguesa, ou as origens do português como língua funcional e estruturalmente distinta do latim (nem seria legítimo esperar que o fizessem); testemunham sim, *as origens de uma tradição de escrita portuguesa*, i.e. são as origens remotas do *portuguez lingua scripta* (feliz expressão do filólogo Francisco Adolpho Coelho), e são, assim, em certa medida, as primeiras atestações escritas do Português Antigo.

É neste quadro que se integra o projecto em curso ORIGENS DO PORTUGUÊS: DIGITALIZAÇÃO, EDIÇÃO E ESTUDO LINGUÍSTICO DE DOCUMENTOS DOS SÉCULOS IX-X (cf. <http://www.fcsh.unl.pt/philologia/index.html>), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref.^a POCI/LIN/58815/2004), e desenvolvido em colaboração com o Arquivo da Torre do Tombo, ao abrigo de protocolo celebrado em 15/03/2005 pelo Sr. Director-Geral do IAN/TT e pelo Magnífico Reitor da UNL.

António Emiliano

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS (UNL)
ah.emiliano@fcsh.unl.pt

* Texto extraído e adaptado de EMILIANO, António 2004. «A documentação latino-portuguesa dos séculos IX-X e as origens da escrita portuguesa medieval: considerações gerais e preliminares», in FERNÁNDEZ CATÓN, José María, Ed., *Orígenes de las Lenguas Romances en el Reino de León. Siglos IX-XII*. Congreso Internacional, León, 15-18 de octubre de 2003, León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»/Caja España de Inversiones/Archivo Histórico Diocesano (Fuentes y Estudios de Historia Leonesa 103 & 104), Vol. II, 589-616. [533 cars.]

As Memórias Paroquiais de 1758 na W.W.W. ■

Novo Interface

JÁ SE ENCONTRA EM FASE de teste e será brevemente disponibilizado ao público um novo interface de pesquisa e consulta das Memórias Paroquiais de 1758. Este trabalho resulta de um projecto de colaboração entre o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e uma equipa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, coordenada pelo signatário, e composta pelo Mestre Daniel Ribeiro Alves e pelos Drs. Nuno Lima e Ana Alcântara, coadjuvada, quanto à disponibilização dos dados na *web*, pelo Dr. Rui Lopes.

As Memórias Paroquiais inserem-se num esforço de realização de inquéritos sobre o território, que vinha do começo do século XVIII. A sua execução continua o projecto do P^e Luís Cardoso que, entre 1747 e 1751, publicou dois volumes do seu *Dicionário Geográfico* que ficou incompleto. O projecto é retomado em 1758, com apoio do governo, sendo o questionário de base ampliado e dividido em 3 partes, contendo perguntas sobre a terra, a serra e o rio. O inquérito era dirigido aos párocos e a qualidade das respostas é muito diferenciada, dependendo do empenho e da capacidade de cada um dos eclesiásticos.

O interesse destes documentos é enorme e não se limita ao conhecimento, já de si muito relevante, da História Local e do património. De facto, as informações fornecidas pelas Memórias Paroquiais sobre, por exemplo, a fauna e o coberto vegetal podem ter importância para a definição de políticas de gestão do território na actualidade. Além disso, as Memórias Paroquiais



poderão também ser um suporte importante para actividades como o turismo rural e de natureza.

Preservar e divulgar as Memórias Paroquiais é, pois, contribuir para a salvaguarda da identidade das populações e dos espaços por elas habitados, o que se afigura uma acção tanto mais importante quanto a globalização coloca aquela identidade sob uma enorme tensão e a evolução social e económica põe permanentemente em causa os valores ambientais.

Consciente do interesse desta documentação, o IAN/TT, no âmbito do projecto TT *Online*, disponibiliza, desde há alguns meses, as imagens digitalizadas das Memórias Paroquiais. Todavia, existindo na F. C. S. H. uma equipa que desde há cerca de 13 anos tem vindo a desenvolver trabalho na área da aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica à História e à difusão dos resultados da sua investigação através da *web* (www.fcsh.unl.pt/atlas), pensou-se que seria interessante juntar esforços e aplicar estas tecnologias à disponibilização destes documentos.

Sem entrar em detalhes técnicos sobre as metodologias usadas ou o *software* utilizado para colocar toda a informação na *web* e criar um ambiente de grande facilidade

de utilização, aspectos que não cabem num texto desta natureza, gostaríamos de sublinhar que, tal como fizemos com a documentação dos censos da população de 1801 e 1849, ou com os dados do terramoto de 1755 em Lisboa, a ideia central é manter a relação entre a informação textual e o ponto ou área do mapa a que ela se refere. O utilizador poderá partir do mapa para ver a informação, neste caso sobre uma freguesia, ou efectuar a pesquisa do nome de uma freguesia e aceder ao mapa e às imagens dos textos.

Para facilitar a consulta, o utilizador terá acesso ao mapa administrativo de 1991 e verá a informação das Memórias Paroquiais relacionada com a freguesia que seleccionar, sendo que, por vezes, a uma freguesia actual podem corresponder várias no passado.

A ilustração exemplifica o aspecto da aplicação, vendo-se, à esquerda, a janela com a imagem do texto e, à direita, a janela do mapa, com a freguesia seleccionada a negro e o concelho a que pertence a branco (colorido a amarelo na *web*).

É claro que há vários aspectos a melhorar, sobretudo, as imagens dos textos que, em muitos casos, terão de ser cortadas, para eliminar margens e alguma sinalética introduzida na digitalização. Dado o elevado número de ficheiros de que estamos a falar a tarefa é onerosa e consumirá algum tempo. Parecendo-nos que as funcionalidades já conseguidas são interessantes, preferimos apresentar já o resultado do trabalho feito e aperfeiçoá-lo progressivamente.

Luís Nuno Espinha da Silveira
PROF. ASSOCIADO

A Digitalização dos Processos de Obra Projecto-piloto ■

O PROJECTO DIGITAL DO ARQUIVO Municipal de Lisboa, experiência inédita a nível nacional, baseia-se num projecto-piloto que visa responder às necessidades identificadas no âmbito do controlo, gestão e recuperação de informação, tendo como finalidade o acesso à informação via Internet e Intranet, mantendo a integridade do património documental.

Este projecto de digitalização teve início há 3/4 anos com a série de Processos de Obra por ser a mais consultada e requisitada pelos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa e municípios, embora esteja preparado para a digitalização do restante espólio do Arquivo.

Analisamos aqui, o circuito dos processos entre o Arquivo e os diferentes serviços, respondendo, assim, a determinadas questões ao acompanhar o circuito documental até à sua digitalização.

O que é um processo de obra?

Na Câmara Municipal de Lisboa, um Processo de Obra corresponde ao conjunto de processos relacionados com um determinado edifício, que documenta toda a existência de um imóvel desde a sua construção até à sua demolição.

Como se identifica?

- O Processo de Obra é identificado pelo «número de Obra» e respectivo local, atribuído pelos serviços de urbanismo, por ocasião do pagamento da licença de construção, e no Arquivo.
- Ingressam-se os novos projectos que respeitem ao imóvel.

A organização física de um processo de obra

A organização de um Processo de Obra permite a qualquer momento aceder a todo o historial do imóvel.

No entanto, têm-se levantado grandes problemas no que respeita à manutenção da sua integridade e estado de conservação. Assim, urge implementar um sistema que permita:

- Consultas simultâneas;
- Manuseamento com segurança;
- Garantia da integridade da sua organização; e
- Reproduções não nocivas ao documento.

Porquê digitalizar?

Pretende-se:

1. Garantir a total segurança e integridade de todo o património documental, evitando a manipulação dos originais;
2. Facilitar o acesso à informação electrónica;
3. Possibilitar que os serviços da Câmara Municipal de Lisboa acedam em simultâneo a todas as imagens dos documentos, através da Intranet, num determinado formato *thumbnails*;
4. Permitir que os diferentes utilizadores da Câmara Municipal de Lisboa, com permissões previamente atribuídas, possam solicitar as imagens dos documentos que necessitem e deixem de requisitar os Volumes de Obra;
5. Permitir que os vários pontos de atendimento ao cidadão forneçam, de imediato, as impressões dos documentos solicitados pelos

municípios, reduzindo o tempo de resposta.

Como se inicia o processo para a digitalização?

No circuito documental os pedidos de requisição de documentos entram no Arquivo, ou através de *requisição* (no posto de Atendimento Municipal, situado no Campo Grande) ou através de *leitura presencial*, dirigindo-se o munícipe às instalações do Arquivo, mais concretamente à *Sala de Leitura*, onde em contacto directo com a documentação selecciona o que lhe convier. Dá-se seguimento ao pedido específico sobre determinada documentação digitalizando-se, também, nesse mesmo processo as tipologias consideradas mais procuradas, evitando-se uma futura manipulação, como por exemplo: Projecto inicial de arquitectura; Alçados e cortes; Licença de utilização; Último projecto de alteração.

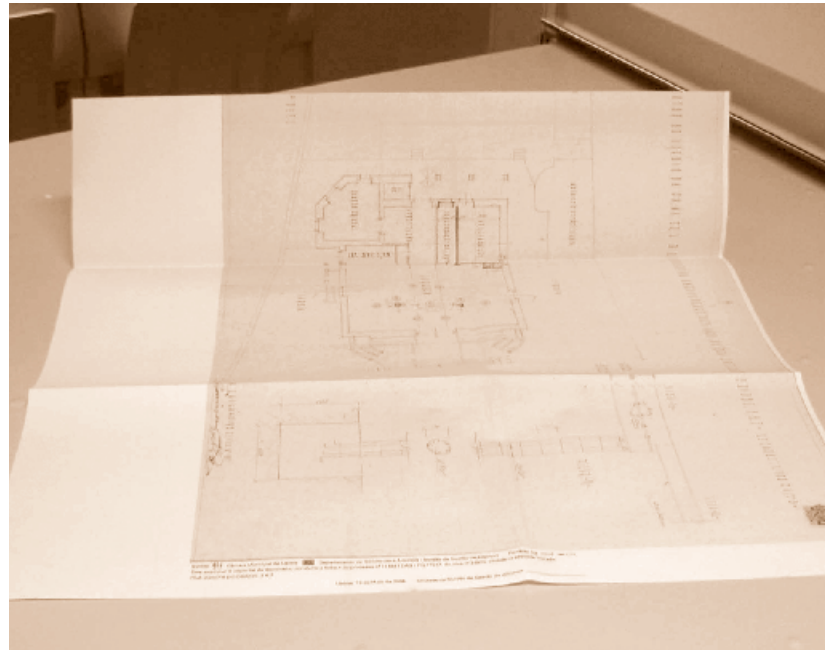
No Tratamento Documental o Grupo de Gestão de Processos e de Sala de Leitura tem por funções:

1. Atender o pedido do munícipe e efectuar a marcação das tipologias mais solicitadas;
2. Elaborar a organização intelectual do volume;
3. Preencher na base de dados os campos predefinidos; e
4. Constituir o índice de cada volume.

O Ci-Arq é a base de dados de gestão intermédia que o Arquivo Intermédio utiliza. Todos os processos movimentados ficam aí registados, preenchendo-se os campos identificativos do processo.



Digitalização de Grandes Formatos



Documento Digitalizado

No processo de Sincronização Ci-arq / X-arq os elementos preenchidos no Ci-Arq migram para a aplicação informática X-Arq que permite a visualização das imagens e que está disponível na *web*. O índice irá permitir a recuperação da informação digitalizada, sendo visível via *web*.

Como se processa a digitalização

Para dar início à digitalização são necessários alguns procedimentos, nomeadamente:

1. A documentação é colocada em cima de uma mesa, com um sistema de sucção para que o documento fique plano, sem ser danificado;
2. É apenas colocado, na aplicação X-Arq, o n.º do processo e o n.º da folha a ser digitalizado ou o código de referência com a cota antiga;
3. As imagens são realizadas em máquinas diferentes, conforme a dimensão dos documentos os formatos superiores a A0 numa máquina e os A4 noutra;
4. A digitalização é efectuada a cores;

5. É efectuado automaticamente o corte da imagem e colagem das partes de um documento com grandes formatos;
6. As imagens são associadas ao descritor na aplicação X.Arq; e

Após digitalização é efectuado o controlo de qualidade;

1. Só são impressos os documentos solicitados pelos munícipes;
2. São produzidos microsites da obra com índice e conteúdos;
3. É possível fornecer as imagens em suporte digital CD, em impressão a preto e branco ou a cores.

Ao longo do desenvolvimento deste projecto-piloto foi necessário assegurar alguns pormenores técnicos, relativo à segurança dos dados e imagens:

Assim:

1. Foi definida a arquitectura de armazenamento a implementar, quer para imagens on-line, quer para as cópias de segurança;
2. As imagens são armazenadas em disco servidor dedicado, bem como a aplicação X-Arq;

3. As imagens são efectuadas em 3 formatos: *thumbnail*, médio até 700 Kb (leitura em ecrã) para impressão de imagens (20 a 30 megas);
4. O processo de digitalização, corte, e colagem de cada imagem é de 45 segundos; e
5. São produzidos, por 8 técnicos, cerca de cinco Gigas/dia de informação.

Conclusão

Nesta exposição pretendeu-se dar a conhecer ao público especializado as vivências de um caso prático: o projecto de Digitalização da Câmara Municipal de Lisboa.

O formato digital permite, além de uma maior rapidez de consulta, um maior intercâmbio com os outros serviços, sem que os Volumes de Obra tenham que sair do Arquivo para serem consultados, como se referiu, e principalmente propicia a modernização administrativa dos serviços pelo acesso à informação via *Internet* ou *Intranet*.

Inês Morais Viegas
Irene Catarino

PROGRAMA DE APOIO À REDE DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

V I D I G U E I R A

Arquivo Municipal de Vidigueira ■

Rua da Malheira, 7960 Vidigueira
Tel. 284437400 (ext 327) | Fax 284434288
Horário: 2.ª a 6.ª das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30.

NO ÂMBITO DO PROGRAMA de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM) do Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, a Câmara Municipal de Vidigueira obteve apoio financeiro para a construção de um edifício novo destinado a Arquivo e Serviços.

A criação deste espaço teve como principal objectivo reunir a documentação de arquivo que se encontrava dispersa por várias salas do edifício dos Paços do concelho, permitindo desta forma salvaguardar um espólio documental de valor histórico bem representativo da evolução da comunidade que lhe deu origem, bem como, garantir o acesso aos registos administrativos que legalmente compete à Câmara assegurar.

O edifício dispõe de uma sala de tratamento documental, sala de leitura com 16 lugares, uma sala de reuniões e um depósito com capacidade de 1475 ml de arrumação de arquivo.

As novas instalações do Arquivo Municipal de Vidigueira, encontram-se abertas ao público, onde pode ser consultada a documentação que foi objecto de tratamento, nomeadamente: o fundo da Câmara de Vila de Frades (extinto em 1853), livros de vereação, livros de notas, livro de registo de amas e expostos, documentação relativa à Administração do Concelho de Vila de Frades e do concelho de Vidigueira.

Rosa Trole Galante

RESPONSÁVEL

E L V A S

Arquivo Histórico Municipal, no Convento de São Francisco ■

Limpeza, tratamento e imagem

O ARQUIVO HISTÓRICO Municipal encontra-se instalado no Convento de São Francisco, junto ao Cemitério, em Elvas.

O edifício foi alvo de uma grande obra de recuperação, realizada pela Câmara Municipal de Elvas com o apoio do PARAM – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais,

para que as instalações fossem adaptadas às necessidades de um Arquivo Histórico Municipal. Esta obra teve um valor total de investimento na ordem dos 1,3 milhões de euros.

O Arquivo Histórico é constituído por uma área de recepção, duas salas de leitura, espaços de depósito e uma sala para exposições. O trabalho começou essencialmente com a transferência e depósito dos fundos documentais do Arquivo Histórico para as áreas definitivas de depósito localizadas no piso térreo do Convento de São Francisco.

Os funcionários deste arquivo receberam formação nesta área, pelo Instituto Nacional de Arquivos, através do Arquivo Distrital, e também através do Instituto Politécnico de Portalegre.

Também foi elaborado o regulamento do Arquivo Municipal que define todas as regras referentes à preservação e utilização da documentação, assim como as normas de funcionamento deste espaço cultural, tão importante para os investigadores.

Caso queira obter mais informações sobre este Arquivo Histórico dirija-se à Câmara Municipal de Elvas, na Rua Isabel Maria Picão, ou por telefone 268 639 740 ou ainda por e-mail geral@cm-elvas.pt.

Tratamento documental do Arquivo

Em relação ao Arquivo Histórico está a ser elaborado o seu Inventário Geral dos fundos documentais, que contempla várias etapas:

- higienização da documentação e acondicionamento;
- análise e organização da documentação por temas e cronologias, como por exemplo testamentos, livros de actas, de impostos, registo de presos, etc;

Em simultâneo, está também a ser analisada, separada e organizada, por categorias e cronologias, a documentação do Arquivo da Câmara Municipal com o objectivo de se decidir o fundo definitivo (histórico) e o fundo intermédio.



Consulta Real em Ambiente Virtual ■

O ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO candidatou-se ao Programa Operacional da Cultura o projecto «CRAV – Consulta Real em Ambiente Virtual», aprovado e homologado pela Senhora Ministra da Cultura em Novembro de 2005.

A candidatura apresenta um investimento de € 97.363,93, tendo sido apurado um investimento elegível para financiamento no montante de € 71.669,84, com a comparticipação do POC de € 39.255,36.

A concretização do projecto DigitArq (2003/4) possibilitou ao Arquivo Distrital do Porto começar a responder de um modo inovador a algumas questões organizacionais que actualmente assumem maior relevância na área dos Arquivos e da Cultura, e no relacionamento institucional com o público.

O projecto actualmente em desenvolvimento assume-se como um contributo para a articulação de diferentes vectores: a modernização administrativa, a prestação de serviços de qualidade ao cidadão e a preservação da memória cultural presente e futura.

O acesso do público aos bens culturais não pode passar apenas pela possibilidade da sua consulta, da disponibilização de reproduções, usando os meios tradicionais. A rentabilização das instituições da área cultural «obriga», também, ao uso dos instrumentos tecnológicos e organizacionais existentes, devidamente adequados e ajustados aos bens que custodiam e disponibilizam ao público.

O projecto visa a criação de uma sala de referência e leitura virtual com as funções das salas actualmente existentes, fisicamente, nos

arquivos. O utilizador poderá, assim, ter acesso 24 horas por dia e durante toda a semana aos documentos e à generalidade dos serviços prestados pelo Arquivo e às novas funcionalidades que o uso das TIC permite. Por via deste projecto, os próprios utilizadores presenciais (que se deslocam ao Arquivo para consulta dos documentos originais) passarão a utilizar o mesmo ambiente, através da *intranet*, para os restantes serviços, da requisição de leitura ao pedido de reprodução.

O projecto que agora se apresenta pretende, pois, passar a um novo patamar inovacional, respondendo desde já aos propósitos da implementação do fornecimento, remoto e local, de reproduções digitais de documentos, certificadas em ambiente electrónico/digital. Cuida, assim, da relação interactiva da Instituição com os cidadãos, usando as tecnologias e processos já disponíveis mas ainda não em uso nas instituições culturais.

Atendendo a que os documentos de arquivo, custodiados pelo ADP e parte integrante do património cultural português, possuem também um valor probatório e legal, é essencial garantir que as reproduções fornecidas possuam as seguintes características: autenticidade, integridade, não-repúdio e confidencialidade dos dados. Estas novas funcionalidades só agora se tornaram possíveis com a publicação recente dos diplomas legais que regem a certificação/assinatura digital e a transmissão electrónica de documentos com valor legal.

Este espaço virtual permitirá, oportunamente, outras funcionalidades no âmbito do governo electrónico e

do comércio electrónico e de interacção com o utilizador.

A presença dos arquivos no espaço virtual não é, obviamente uma novidade. Contudo, as potencialidades que oferece são ainda pouco rentabilizadas, resumindo-se, habitualmente, a possibilitar alguma pesquisa e visualização de documentos digitalizados e, eventualmente, à solicitação dos pedidos de reprodução através de um formulário simples que pouco mais adianta ao uso do correio electrónico.

A sala de referência e leitura num arquivo difere de outros ambientes, pela metodologia aplicada no tratamento arquivístico e pela qualidade dos documentos de arquivo, e até de outros serviços similares mais próximos, bibliotecas, centros de documentação e museus.

O projecto tem, assim, a ambição de colocar no ambiente virtual o relacionamento real com os seus utilizadores, quebrando as barreiras da distância geográfica e do horário de acesso e as resultantes do uso do papel e da dependência de outros meios de comunicação.

Tal como aconteceu com o projecto anterior, este possibilitará também a aquisição de saber-fazer (*know-how*) que depois de adquirido estará disponível para outros arquivos e outras instituições da área cultural, extensível a qualquer área geográfica do país e da comunidade internacional.

Maria João Pires de Lima

DIRECTORA DO ARQUIVO DISTRITAL
DO PORTO

António Sousa

TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL
DE ARQUIVO

Novo Protocolo com Sociedade Genealógica de Utah: novas tecnologias, novas oportunidades ■

A PRESERVAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO de informação representa um dos objectivos do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) e a informação de maior valor histórico/genealógico é um dos principais objectivos da Sociedade Genealógica de Utah (SGU). Da colaboração entre as duas instituições resultou um Protocolo que reflecte a conjugação de esforços de ambas as partes.

O IAN/TT compromete-se a assegurar a preparação, a descrição da documentação, a disponibilização em linha e a conservação da informação nos novos suportes e a SGU a garantir a transferência de suporte, através de: digitalização directa e/ou a partir de microfilme, ou a microfilmagem e a fornecer as matrizes em suporte normalizado, a cada entidade detentora de documentação.

Este Protocolo pretende incentivar a digitalização e a disponibilização em linha a fim de assegurar um maior acesso aos cidadãos e simultaneamente potencializar o patrimó-



nio cultural existente nos arquivos portugueses.

Salienta-se que uma nova tecnologia implica aos profissionais de arquivo, novas exigências de conhecimento e metodologias de trabalho, uma vez que nos departamentos com novos suportes de informação, que são resultado de uma nova lógica de produção, a electrónica, e logo com métodos de captura, tratamento, difusão e preservação/conservação dependentes de *hardware/software*.

Esta pareceria, materializada em 23 cláusulas de um protocolo que assegura um trabalho de transferência de suportes, normalizado e dentro da legislação em vigor, em termos direitos de autor e/ou propriedade, integra-se na Recomendação da Comissão Europeia de 24 de Agosto de 2006 sobre a digitalização e a acessibilidade em linha de material cultural e a preservação digital (2006/585/CE).

Anabela Ribeiro

Acordo de colaboração com a CGTP-IN ■

O INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE do Tombo e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP-IN – celebraram um Acordo de Colaboração. Tem como objecto a prestação de serviços de assessoria técnica pelo IAN/TT no diagnóstico, concepção, dinamização e acompanhamento da implementação e desenvolvimento do processo de Organização Arquivística da CGTP-IN.

O processo, dividido em duas etapas relacionadas, mas eventualmente autónomas, contempla as seguintes realizações:

- a) Estudo diagnóstico do sistema de arquivo da CGTP-IN;
 - b) Acompanhamento e monitorização da implementação das propostas produzidas em a).
- Os produtos a apresentar pelo IAN/TT, na conclusão do processo de estudo-diagnóstico, incluem:
- a) Relatório Diagnóstico da situação actual da CGTP-IN;
 - b) Plano Estratégico para o desenvolvimento da organização arquivística da CGTP-IN.

A assessoria técnica do IAN/TT é assegurada pelo Gabinete de Estudos de Arquivos Correntes (GEAC). [1]

INFORMAÇÕES

O Projecto EURINDIA ■

A 15 E 16 DE SETEMBRO REALIZOU-SE NO IAN/TT A CONFERÊNCIA Internacional de apresentação do Projecto EURINDIA.

Trata-se de um projecto que visa essencialmente a história económica e cultural das relações entre a Europa e a Índia, através da documentação, em particular das colecções iconográficas e de têxtil que se preservam, quer na Índia quer na Europa, no que respeita ao comércio têxtil, para os séculos XV a XVIII.

O organismo coordenador do Projecto EURINDIA é o Centre de Conservation du Livre, em Arles, França, e os seus parceiros europeus são: a Universidade de Gent, na Bélgica, a Università Cattolica dei Piacenza, em Itália, os Archives d'Outre-Mer, em França; e os parceiros indianos são: a Universidade de Delhi e os Arquivos do Estado do Punjab. O projecto é financiado pela União Europeia.

A cerimónia de abertura contou com a presença do Senhor Director do IAN/TT, da Senhora Dr.^a Ana Madureira em representação da Senhora Ministra da Cultura de Portugal, da Senhora Embaixadora da União Indiana, do Professor Jan Parmentier da Universidade de Gent – Bélgica e do Senhor Stéphane Ipert, Director do Centre de Conservation du Livre – França, parceiro coordenador do projecto.

A Conferência versou sobre os temas da Cartografia e da Conservação dos têxteis e contou com a participação de vários especialistas, portugueses e estrangeiros.

O IAN/TT, na qualidade de entidade organizadora da Conferência, participou ainda com a realização de uma Mostra Documental subordinada ao tema: *A Cartografia Portuguesa e a rota do comércio têxtil da Índia* que nos convida a uma viagem na Era de Quinhentos de Lisboa à Índia. Partindo de Lisboa, cidade onde tudo começou, através da cartografia do IAN/TT chegamos à Índia onde ficámos a conhecer a presença política, civil e militar dos portugueses, quer pelos itinerários e roteiros quer pelas plantas das fortalezas (Biblioteca Pública de Évora). A exposição completou-se com as edições das obras «Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto Em Que Dá Conta do Muyto estranhas cousas que vio e ouuio no reyno da China, no da Trataria e no do Somau, que vulgarmente se chama Sião», e o «Colóquio dos Simples e das Drogas he cousas medicinais da Índia» de Garcia de Orta. A viagem de regresso iniciava-se com a descrição da costa da Índia até o visitante chegar à costa do Brasil pela mão do cartógrafo João Teixeira de Albernaz II e a sua Carta Náutica do Atlântico Sul, regressando a Lisboa.

Miguel Bandeira Veloso

Doação ■

A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TORRE DO TOMBO FEZ A DOAÇÃO incondicional e sem qualquer ónus ao Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo de um *Livro de registo de sacramentos de baptismos e extremas unções («óbitos»)*, da Paróquia da Amora, actual concelho do Seixal, com as datas de 1560-1596. [1]

Aquisição de documentos ■

O IAN/TT ADQUIRIU AO LIVREIRO-Antiquário Luís P. Burnay, em leilão de livros e manuscritos, os seguintes documentos:

- *Inventário dos bens de Fernão de Sousa, senhor de Gouveia, sítos no Alentejo, Lisboa, Entre Douro e Minho, sécs. XVII e XVIII, com 62 fl.* Este documento descreve pormenorizadamente as propriedades de Fernão de Sousa, Senhor de Gouveia, em Vila Viçosa, Redondo, Ourique, Elvas, Monforte, Borba, Lisboa e Gouveia. Contém, também, uma cópia do testamento (datado de 12 de Janeiro de 1678, com codicilo de 23 do mesmo mês) de D. Diogo de Sousa, Bispo de Leiria, Inquisidor em Coimbra e Lisboa, e Arcebispo de Évora;

- *7 cartas, autógrafas ou assinadas, de D. Manuel II, de 1927 a 1931, dirigidas ao Coronel, mais tarde General, Raul Augusto Esteves (1878-1955), sobre a situação política portuguesa e sobre questões patrimoniais associadas a bens da Casa de Bragança;*

- *Tombo de Vila Verde dos Francos, 11 de Março de 1561, com 234 fl.* Trelado de tombo, com interesse para a história local de Alenquer, onde são descritas todas as propriedades (iniciando com as de «Dom Pedro de Noronha, Senhor deste Vila Verde dos Francos»), «dos moradores de dentro da Villa», «dos do termo» e «dos de fora da Villa e termo», porque «neste ditta villa havia hum Tombo de toda a fazenda que havia ... por onde se arrecadava o jantar que esta villa em cada hum anno paga ao Senhorio della, o qual Tombo ... passava de cem annos que hera feito e que hera muito antigo...».

Divisão de Arquivos Definitivos

AGENDA

Seminário

Arquivos, Memória Organizacional e Gestão ■

5 DE DEZEMBRO

O IAN/TT E O INSTITUTO NACIONAL de Administração vão realizar no próximo dia 5 de Dezembro, na sede do INA, Palácio dos Marqueses de Pombal, em Oeiras, um seminário intitulado «Arquivos, memória organizacional e gestão». O Seminário é destinado principalmente a Secretários-Gerais, Directores-Gerais, Presidentes de Institutos Públicos e dirigentes de serviços de Documentação e Arquivo e tem como objectivos gerais:

a) Sensibilizar os dirigentes máximos dos organismos da Administração Pública Central para a necessidade de preservar a memória organizacional e de a tornar uma prioridade da sua actuação no domínio da gestão da informação e do conhecimento, garantindo assim a continuidade da salvaguarda dos direitos do Estado e dos cidadãos, a qualidade dos processos de negócio e a construção de organizações inteligentes;

b) Dar a conhecer os requisitos, normas e metodologia apropriada para que os arquivos se possam constituir como repositórios permanentes de informação autêntica e fiável e de conhecimento organizacional, passíveis de exploração eficaz para efeitos da gestão das organizações, através do uso tecnologias apropriadas.

A iniciativa assume particular relevância numa fase de mudança como a que se vive actualmente, resultante da execução do PRACE. Este aspecto, aliado à crescente implementação de sistemas de gestão electrónica de documentos por parte dos serviços que perseguem a desmaterialização dos seus processos de negócio, tornam prioritário alertar os responsáveis máximos dos organismos da Administração Central do Estado para os problemas que se colocam na organização dos arquivos, para garantir a preservação da memória organizacional dos serviços.

O programa, que inclui representantes de organismos públicos nacionais e estrangeiros, bem como alguns privados, contempla as seguintes sessões temáticas:

- Arquivos e conhecimento explícito nas organizações
- Memória arquivística digital
- Mesa redonda – Investir na preservação da memória organizacional.

O leitor pode obter mais informações sobre o evento no INA, através da Dra. Catarina Ivens Ferraz ou Helena Almeida, pelo telefone 21 446 54 16 e pelo e-mail: sec.cursos.oeiras@ina.pt, bem como nos sítios *web* daquele Instituto e do IAN/TT. [U]

90 anos do Arquivo Distrital de Leiria

Conferência → 9 de Outubro

90 anos depois, que arquivos regionais?

Inscrições gratuitas. Mais informações em: <http://adleiria.iannt.pt>.

Workshop

IAN/TT → 24 de Outubro
de 2006

Os arquivos e a reestruturação da Administração Pública

Objectivo: Reflectir e debater os desafios colocados pela reestruturação da Administração Pública Central à gestão dos seus arquivos, tendo como base de trabalho a orientações recentemente disponibilizadas pelo IAN/TT no seu sítio *web*.

Organização: IAN/TT.

Para informações actualizadas consultar <http://www.iannt.pt>.

2.ª Conferência Internacional de Arquivos Empresariais

Auditório do Forum Cultural
do Seixal → 26 e 27 de Outubro

Arquivos de empresa: fontes para a história económica e empresarial

Organizadores: Núcleo de Estudos de História Empresarial do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa; Ecomuseu Municipal do Seixal.

Exposição

IAN/TT → 27 de Outubro a 31
de Janeiro de 2007

70 Anos depois, Memória e História: Tarrafal e Guerra Civil de Espanha.